

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

KEYTYANE VERÔNICA DA SILVA MEDEIROS

**Lute Como Quem Cuida:
solidariedade e segurança alimentar na pandemia**

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

**Lute Como Quem Cuida:
solidariedade e segurança alimentar na pandemia**

Keytyane Verônica da Silva Medeiros

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

Orientado por: Prof. Dr. Silas Nogueira

São Paulo

2020

AGRADECIMENTOS

Vivenciar uma pandemia não estava no horizonte da minha vida – e é provável, na de quase ninguém. Mas, diante deste cenário, seria inimaginável não me debruçar sobre os efeitos dela na vida de outros despossuídos, e em especial voltar os olhos aos que têm ainda menos do que eu. Aprendi esse olhar não sei onde, talvez nas esquinas da periferia onde cresci, nos olhos sem esperança de quem encontrei ou nos olhos brilhantes onde me vi refletida quando pude ir além dos limites do jogo. É por isso que estou aqui. Agradeço por isso e por tudo o mais, incluindo todo o amor, apoio financeiro e as renúncias emocionais dos meus pais, Maria e Laécio, que ao longo da vida, com suas incompletudes e defeitos, fizeram tudo o que podiam – e sempre mais – para que eu pudesse sonhar um mundo melhor.

Agradeço às amigas que fizeram companhia nessa jornada pelo CELACC e que, com seus ímpetos e palavras sinceras, me transformaram numa amiga e profissional melhor. Ana Luísa, Juliana, Raquel, Giselle, Twyla, Maria e Thais, muito obrigada pela escuta paciente e pela presença amorosa nos momentos de caos e poesia dos últimos dois anos.

Agradeço aos professores que nos guiaram pelo caminho da diversidade, do compromisso com a ética e o respeito à vida e aos direitos sociais, em suas plenitudes e complexidades. Em especial, à prof^a Claudia Fazzolari, ao prof^o Danilo Oliveira e ao prof^o Dennis Oliveira. Agradeço aos professores que vieram antes destes, fundamentais nesta jornada, bem como aos companheiros de trabalho do Menu da Música, pela compreensão e parceria tamanha. Agradecerei sempre à comunidade bauruense e ao movimento Hip Hop pelo acolhimento e escola de vida, e também ao prof^o Dr. Juarez Xavier de Paula. Permanecem sendo parte da minha espinha dorsal.

Igualmente centrais neste processo, agradeço à Carmen Silva, liderança do MSTC, e à Simone Magalhães, coordenadora regional do MST-SP pelo tempo cedido nas entrevistas e pela imensa partilha de suas vivências e lutas, sem as quais esse projeto não seria possível e sem as quais muitas vidas seriam outras hoje. Agradeço também ao prof. Dr. Frederico Daia e ao Bruno, pontes fundamentais no contato com estas lideranças. Por fim, agradeço imensamente ao prof. Dr. Silas Nogueira, pela presença e orientação, acolhimento nos momentos difíceis e nos intercursos da vida e pelo incentivo contínuo para que esta pesquisa fosse o melhor que esta pesquisadora poderia oferecer.

Espero nestas páginas poder honrar, ao menos em parte, a generosidade da partilha.

Lute Como Quem Cuida: solidariedade e segurança alimentar na pandemia¹

Keytyane Verônica da Silva Medeiros²

Resumo: Este artigo se debruça sobre a iniciativa “Lute Como Quem Cuida”, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Ocupação 9 de Julho, integrante do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) da cidade de São Paulo. A campanha teve, durante a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus Covid-19, a fim de proporcionar segurança alimentar para pessoas em situação de vulnerabilidade social e de fomentar a solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade, a entrega de marmitas saudáveis e orgânicas gratuitamente. A partir de revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e memórias de visitas a campo, buscou-se investigar a iniciativa à luz das trocas simbólicas da cultura afro-brasileira e das propostas de Bem Viver, articuladas no meio urbano.

Palavras-chave: Movimentos sociais populares, segurança alimentar, solidariedade, globalização, trocas simbólicas.

Abstract: This article focuses on the initiative “Lute Como Quem Cuida”, organized by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and the Ocupação 9 de Julho, part of the Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), in São Paulo city. During the pandemic, caused by the coronavirus Covid-19, in order to provide food security for people in situations of social vulnerability and to foster solidarity between rural and city workers, the campaign delivers healthy and organic lunch boxes free of charge. Based on a bibliographic review, semi-structured interviews and memories of visits to the field, we sought to investigate the initiative in the light of the symbolic exchanges of Afro-Brazilian culture and the proposals for Bem Viver, articulated in the urban environment.

Keywords: Popular social movements, food security, solidarity, globalization, symbolic exchanges.

Resumen: Este artículo se centra en la iniciativa “Lute Como Quem Cuida”, organizada por el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) y Ocupação 9 de Julho, Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). Durante la pandemia provocada por el coronavirus Covid-19, con el objetivo de asegurar la seguridad alimentaria a personas en situación de vulnerabilidad social y fomentar la solidaridad entre los trabajadores rurales y ciudadanos, la campaña entrega de forma gratuita loncheras saludables y orgánicas. A partir de una revisión bibliográfica, entrevistas semiestructuradas y memorias de visitas al campo, buscamos investigar la iniciativa a la luz de los intercambios simbólicos de la cultura afrobrasileña y las propuestas para el Buen Vivir, articuladas en el entorno urbano.

Palabras clave: Movimientos sociales populares, seguridad alimentaria, solidaridad, globalización, intercambios simbólicos.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

² Pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais pelo CELACC/USP. Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru. Artigo escrito sob orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se a debater, analisar e registrar práticas comunitárias emergenciais de alimentação, protagonizadas por movimentos sociais populares na cidade de São Paulo, a fim de proporcionar alimento de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente atingidas pela pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) a partir do primeiro semestre de 2020. A análise centra-se nas trocas materiais e simbólicas presentes na iniciativa “Lute Como Quem Cuida”, organizada pela Cozinha Ocupação 9 de Julho, integrante do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em razão da pandemia, este artigo utilizou como recurso metodológico a revisão da literatura indicada, além de entrevistas semiestruturadas, realizadas por telefone e chamadas de vídeo com duas lideranças diretamente ligadas à iniciativa, sendo uma entrevista para cada movimento social. Além disso, também se fez necessário o registro constitutivo das memórias de duas visitas etnográficas realizadas pela pesquisadora, na condição de observadora, à Ocupação 9 de Julho, localizada no centro da cidade de São Paulo, em 2019.

1. CONTEXTO HISTÓRICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A iniciativa “Lute Como Quem Cuida” começou a ser formulada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda em março de 2020, logo após a adoção do regime de quarentena/isolamento social pelas autoridades locais como forma de reduzir o contágio do novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) na cidade de São Paulo. Os movimentos sociais aqui apresentados, embora sejam movimentos sociais localizados em campos de disputa distintos, isto é, situados no campo urbano (MSTC) e no campo rural (MST), compartilham algumas características e preceitos constitutivos semelhantes, constantemente reforçados pelas lideranças nas entrevistas realizadas para este artigo. A convergência torna-se evidente na afirmação de que “a luta é a mesma”, presente tanto nas falas de Carmen Silva, liderança do MSTC, quanto nas de Simone Magalhães, coordenadora regional do MST-SP (informação verbal)³. Entre os

³ Entrevista concedida para a pesquisa. Carmen Silva, líder do MSTC e coordenadora da Ocupação 9 de Julho, entrevistada por chamada de vídeo, no dia 15.09.2020, às 10h30. Simone Magalhães, coordenadora regional do MST-SP, entrevistada por telefone no dia 12.09.2020, às 14h. Transcrição das entrevistas disponível nos APÊNDICES A e B nas p.28-36.

princípios mencionados pelas fontes, estão solidariedade, senso de comunidade, luta popular dos trabalhadores pelo direito à terra e à moradia, bem como direito à dignidade e ao cuidado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) existe formalmente desde 1984, quando se realizou o 1º Encontro Nacional, no município de Cascavel, no Paraná. No entanto, a história do movimento é precedida por relações próximas com outros atores políticos atuantes durante o período de reabertura política durante a Ditadura Militar (1964-1985) no país, tais como entidades sindicais, partidos políticos, movimentos sociais no campo e na cidade, sendo fortemente influenciado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), atuante nos estados do sul. Uma das principais contribuições resultantes desse período de “gestação” do movimento seria a adoção dos conceitos de democracia e participação como norteadores e, até então, estranhos aos movimentos rurais (DANTAS *et al.*, 2017).

De acordo com o MST, no momento de sua formação, na década de 1980, havia três objetivos centrais entre as pautas da organização: luta por terra, reforma agrária e mudanças sociais no país, com uma vocação específica: “queremos ser produtores de alimentos, de cultura e de conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e em harmonia com a natureza”. Após as mudanças políticas e econômicas da década de 1990, o movimento organiza-se diante do avanço do agronegócio, promovendo encontros, congressos, marchas nacionais e ocupações, denunciando o grande número de exportações de alimentos produzidos no país e a presença massiva de empresas transnacionais no setor, conquistando espaço e reconhecimento na sociedade civil por meio de mobilizações e boletins informativos (MST, 2020).

Com o acentuamento deste cenário econômico, a partir de 2014 o movimento agrega à pauta da reforma agrária a problemática da produção em larga escala do agronegócio. Seu programa passa a defender a democratização da terra, “priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente”, destacando a moradia digna como uma das pautas presentes e rebatizando sua causa, passando a reivindicar uma “Reforma Agrária Popular”. Hoje, o MST está presente em 24 estados com assentamentos e acampamentos nas cinco regiões do país e já impactou diretamente mais de 350 mil famílias (MST, 2020).

Já o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) está inserido no contexto urbano, no centro da cidade de São Paulo e foi constituído como associação privada sem fins lucrativos,

em defesa de direitos sociais no ano 2000. No entanto, o movimento teve início em 1997, com a ocupação do prédio situado na R. Álvaro de Carvalho, 427, no bairro Bela Vista. Hoje, o edifício é conhecido como Ocupação 9 de Julho, e o MSTC coordena cinco ocupações localizadas na região central, são elas: Ocupação José Bonifácio (100 famílias), Ocupação Casarão (24 famílias), Ocupação Rio Branco (30 famílias), Ocupação São Francisco (30 famílias) e Ocupação 9 de Julho (138 famílias), totalizando cerca de 2 mil pessoas associadas ao movimento. Uma das ocupações, o Residencial Cambridge, foi regularizado em 2018, sendo transformado num empreendimento do programa federal Minha Casa, Minha Vida Entidades, destinado a apoiar entidades e movimentos sociais (MSTC, 2019).

O histórico de ocupações do edifício localizado na R. Álvares de Carvalho, que tem 15 andares, terraços e fachada voltada para a Avenida Nove de Julho, mistura-se com a história do próprio MSTC. Isso porque o prédio, construído no início do governo Getúlio Vargas, na década de 1940, para abrigar a sede do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), permaneceu abandonado por 42 anos, sendo ocupado algumas vezes pelo próprio MSTC. A primeira apropriação ocorreu em 1997, quando 150 famílias ocuparam o edifício e lá permaneceram até 2003. Desde a primeira ocupação, moradores e lideranças negociaram com o poder público para transformar o edifício em uma habitação de interesse social e, após a promessa de que o prédio se tornaria um conjunto habitacional da prefeitura, os moradores desocuparam o local em 2003. A promessa não foi mantida e, no ano seguinte, o prédio e a fachada também passaram por um incêndio. Em 2005, o MSTC volta a ocupar o prédio e, por três vezes, as ocupações foram alvo de reintegração de posse. Em 2016, o MSTC volta a ocupar o edifício, após promessas federais de regularização do Hotel Cambridge – regularizado em 2018 – e, desde então, o movimento permanece na Ocupação 9 de Julho e nas outras quatro ocupações já citadas (MSTC, 2019; PIOTTO *et al.*, 2019).

O edifício da Ocupação 9 de Julho foi projetado para uso misto e, por isso, os primeiros três andares eram destinados para serviço administrativo e atendimento ao público, enquanto os 12 andares superiores eram destinados para moradia dos servidores públicos do INSS. O projeto misto conferiu ao espaço um aspecto amplo e diverso, com quadras, salas amplas e jardins, que hoje recebem atividades culturais organizadas pelo MSTC e sua rede de parceiros. Entre as atividades regulares estão oficina de artes para crianças de até 8 anos, oficinas de dança e oficinas de audiovisual para crianças acima de 9 anos, aulas de capoeira, atividades lúdicas para adultos e crianças (idade livre), oficina de coral para mulheres e

cursinho pré-vestibular gratuito (MSTC, 2019; PIOTTO *et al.*, 2019).

A cozinha coletiva, conhecida como Cozinha 9 de Julho, faz parte das atividades culturais da Ocupação, que promove eventos e almoços abertos ao público no último domingo do mês. Com um cardápio simples, em geral com apenas um prato principal contendo opções com carne e vegetarianas/vegan, os encontros denominados “Almoços Abertos” reúnem moradores e visitantes em um esquema de precificação variada. Para visitantes, o valor do prato é ligeiramente maior do que o valor praticado para moradores da Ocupação, e esta informação é amplamente divulgada nas redes sociais do local e também nas áreas comuns. Em visita realizada na condição de observadora, no final de 2019, a pesquisadora pôde notar que em dias de “Almoço Aberto” o pátio e as áreas comuns transformam-se numa pequena feira solidária, onde moradores e associados do MSTC podem montar mesas e pequenos *stands* para vender seus produtos artesanais, como bebidas, doces e lanches, além de acessórios e roupas, num pequeno brechó da Ocupação. Eventualmente também ocorrem intervenções musicais durante o evento. Os demais espaços das áreas comuns, tais como quadra poliesportiva, brinquedoteca, salas multiuso, banheiros de uso comum, jardins e até mesmo a cozinha, também permanecem abertas para visita do público durante os Almoços Abertos, com trânsito fluido e frequente de moradores e visitantes.

De acordo com Carmen Silva, liderança do MSTC, nestes Almoços, voluntários e moradores da ocupação contribuem preparando o alimento que será servido ao público, além de cuidarem da organização do espaço comum, da portaria e da segurança. Os recursos arrecadados nos eventos são usados para o custeamento das refeições e para a remuneração dos trabalhadores-moradores envolvidos. Os Almoços Abertos acontecem desde 2017 na Cozinha 9 de Julho e esta é de uso exclusivo para estes e outros eventos culturais do movimento social, além de ser aberta para uso administrativo do MSTC, uma vez que cada apartamento do edifício possui instalações próprias e cozinha particular (informação verbal).⁴

2. CRISE SANITÁRIA E INSEGURANÇA ALIMENTAR

No final de fevereiro de 2020⁵, o Ministério da Saúde notificou à sociedade a confirmação do primeiro caso do coronavírus (Covid-19) no país, em São Paulo. Em 11 de

⁴ Entrevista concedida por chamada de vídeo por Carmen Silva, líder do MSTC e coordenadora da Ocupação 9 de Julho, no dia 15.09.2020, às 10h30.

⁵ Ministério da Saúde. “Brasil confirma primeiro caso de coronavírus”. [Brasília] 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/35Pe0Oz>>

março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a doença provocada pelo novo coronavírus uma pandemia, isto é, uma epidemia de alcance global⁶, com altas taxas de contágio e elevado número de mortes. Até então, cerca de 118 mil pessoas haviam sido infectadas e 4.291 haviam morrido em decorrência da doença em todo o mundo. Por se tratar de uma doença altamente infecciosa, inúmeros países adotaram medidas de proteção e contenção de contágio, sob instruções da OMS. Entre as medidas sugeridas estão o uso de máscaras de proteção das vias respiratórias, uso de álcool gel e lavagem constante das mãos, além de isolamento social, com fechamento de comércios, estabelecimentos escolares e circulação restritiva de pessoas – o regime de “quarentena”.

2.1. Lute Como Quem Cuida

As medidas de isolamento social foram adotadas por autoridades e governos locais de vários países ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Aqui, as medidas foram adotadas de maneira mais enfática por governos estaduais e municipais. Em 24 de março, o estado de São Paulo adotou a quarentena, ao mesmo tempo em que a capital⁷. Nesse momento, todo o comércio e serviços não essenciais foram fechados, incluindo escolas e igrejas. A população foi orientada a permanecer em casa e a mesma orientação foi feita para empresas, com exceção de serviços essenciais como abastecimento, farmácias e supermercados. Por conta disso, a população em situação de vulnerabilidade social, tais como pessoas em situação de rua e moradores de regiões periféricas e áreas de risco, foi mais fortemente atingida pela pandemia. Estes sujeitos, aqui denominados “despossuídos” (HARVEY, 2013), não possuem moradias fixas e/ou emprego e renda formais, e dependem de comércio ambulante/informal, doações de alimentos, dinheiro e/ou outros recursos oriundos de estabelecimentos e transeuntes para sobreviver. Impedidos de circular, sem receber doações de estabelecimentos comerciais e instituições de ajuda humanitária, e com a demora das medidas de seguridade social tomadas pelo governo federal, estes grupos sociais ficaram ainda mais vulneráveis à doença epidêmica e mais especialmente expostos à fome. Segundo o Censo da População em Situação de Rua 2019, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS de São Paulo, existiam 24.433 pessoas em situação de

⁶ Organização Pan-Americana de Saúde. “OMS afirma que COVID-19 agora é considerada pandemia”. 11 de março de 2020. Disponível em

<<https://bit.ly/3iMyvHn>>

⁷ HENRIQUE, Alfredo. “Governo de SP decreta quarentena de 15 dias a partir desta terça-feira (24). Publicado em Agora São Paulo, em 21 de março de 2020. Disponível em <<https://bit.ly/35MHXXG>>

rua na cidade, destas 69,3% eram negras e pardas⁸. Foi neste cenário de crise sanitária e insegurança alimentar que a iniciativa “Lute Como Quem Cuida” surgiu.

Em março, com o anúncio da quarentena, o MST e o MSTC, que já possuíam laços políticos e culturais desde antes da pandemia, passaram a elaborar a campanha, na qual o MST realiza a doação de alimentos produzidos por agricultores rurais em assentamentos associados, e o MSTC fornece mão de obra voluntária e recursos da Cozinha 9 de Julho para o preparo e retirada de alimentos prontos para consumo, chamados de “quentinhas” ou “marmitas” (informação verbal)⁹. As refeições são entregues semanalmente a pessoas em situação de rua, líderes periféricos que irão redistribuí-las localmente e pessoas em outras condições de vulnerabilidade social na capital e nas regiões metropolitanas da cidade. O projeto começou com recursos próprios dos movimentos e hoje recebe apoio de toda a sociedade por meio de mecanismo on-line de financiamento coletivo, consolidando-se como prática recorrente entre os movimentos, sem previsão de término. Em quatro meses de campanha, até setembro de 2020, 45 comunidades foram atendidas e cerca de 5 mil marmitas de 350 gramas foram entregues (informação verbal)¹⁰. Em setembro, teve início a segunda etapa da iniciativa chamada “Delivery”, sobre a qual se falará mais adiante.

3. A PERVERSIDADE DA FOME E O DIREITO À CIDADE

Num mundo globalizado, imerso num processo homogeneizador de técnicas e usos do tempo, no qual a busca pela uniformidade é a tônica dos atores hegemônicos (SANTOS, 2000), uma epidemia de alcance global e de rápido contágio pode revelar com ainda mais ênfase as diferenças locais sistematicamente aprofundadas pelo próprio processo sócio-histórico da globalização. A ideia de desenvolvimento econômico e social propagada pela globalização revelou-se um complexo sistema de fábulas e perversidades, no qual a fome é um dos indicadores mais alarmantes (idem). Há duas décadas, o geógrafo Milton Santos já descrevia o seguinte cenário:

“[...] para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal.” (SANTOS, 2000, p.8)

⁸ Censo da População em Situação de Rua 2019. SMADS São Paulo. Acesso em 31.10.2020.

⁹ Idem nota 2.

¹⁰ Idem nota 2.

Se, diante deste cenário perverso a cidadania universal se torna um objetivo de difícil alcance, também se faz necessário reconhecer que alguns fatos novos no curso da história podem contribuir com novas narrativas e formas de vivenciar a realidade imposta pela globalização (SANTOS, 2000). Neste sentido, as cidades oferecem um cenário interessante para a formulação de novos fenômenos sociais, uma vez que a aglomeração de grupos tão diversos numa territorialidade e tempo únicos, “numa enorme mistura de povos, raças, culturas e gostos”, acrescidos dos progressos da informação, favorecem a “mistura” dinâmica de filosofias em detrimento do racionalismo europeu, gerando novas manifestações de sociodiversidade (idem, p.10).

Por sua atuação na cidade de São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo globalizado, protagonizada por dois movimentos sociais formados por trabalhadores que têm em comum a luta por terra, moradia, trabalho e comida (informação verbal)¹¹, este artigo analisa a iniciativa “Lute Como Quem Cuida” sob a luz do direito à cidade, dos movimentos sociais e do pacto solidário de sobrevivência (informação verbal)¹² dos diferentes grupos que formam a diversa camada de despossuídos, frutos da globalização (HARVEY, 2013).

O MSTC converte edifícios abandonados em moradia para trabalhadores de baixa renda, acolhendo jovens, adultos, idosos, imigrantes e refugiados, e compreende a moradia “como uma prática de cidadania” (MSTC, 2019), no qual o direito à cidade não se reduz ao direito de morar, mas é ampliado como conceito para incluir o direito “à saúde, educação, mobilidade, cultura, segurança e toda a infraestrutura para uma vida digna numa grande metrópole excludente como São Paulo” (idem, p.4). Com o tempo, o movimento também compreendeu que era importante iniciar um processo de diálogo com a sociedade, fazendo com que a população do entorno o conhecesse e que essa relação contribuísse para derrubar estereótipos midiáticos sobre os movimentos populares (informação verbal)¹³.

Um exemplo marcante da criminalização recente dos movimentos sociais urbanos enfrentado pelo MSTC foi a prisão de Janice Ferreira Silva, conhecida como Preta Ferreira, filha de Carmen Silva, que foi levada presa junto à Sidney Ferreira Silva e Edinalva Franco, integrantes do MSTC, em junho de 2019. Outros 16 integrantes de lutas por moradia também

¹¹ Idem nota 2.

¹² Idem nota 2.

¹³ Idem nota 2.

foram presos na mesma circunstância, sob acusação de extorsão e associação criminosa^{14 15}. Os ativistas respondem ao processo em liberdade desde outubro passado e, desde então, Janice e Carmen estão proibidas de comparecer às ocupações, de acordo com assessoria de comunicação de Carmen (informação verbal)¹⁶.

Ocupando com atividades culturais e Almoços Abertos ao público, o MSTC empreende um usufruto específico do direito à cidade, que consiste na possibilidade de renovar e transformar a vida urbana de acordo com as necessidades dos grupos sociais que ali residem, inserindo ativamente o conceito de direito à cidade, já que “a liberdade da cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013).

Ao longo das últimas décadas, a questão urbana permaneceu refém das armadilhas do capital imobiliário e as leis foram modificadas a fim de atender às demandas internacionais do novo mercado global, expulsando para a periferia aqueles que já estão inseridos na periferia do capitalismo (MARICATO, 2013). No entanto, a história das cidades demonstra que esta sempre foi palco de disputas e conflitos, resultando daí uma interessante “criatividade destrutiva” dos sistemas sociais, econômicos e políticos em que se encontram. E assim, outro detalhe torna-se importante nesta reflexão: a elaboração de uma nova cidade implica na elaboração de novo jeito de ser humano na cidade (HARVEY, 2013).

Considerando as diversas “misturas humanas” comentadas por Milton Santos e o pacto de solidariedade e sobrevivência firmado entre os despossuídos no enfrentamento da pandemia da Covid-19, já que “o primeiro impacto foi a fome”¹⁷, a investigação por trás deste artigo foi pautada na seguinte pergunta: existem alternativas ao desenvolvimento globalizado que estão sendo criadas neste momento de crise sanitária e insegurança alimentar que integram ações, comunidades e sistemas de trocas, capazes de criar zonas autônomas de atuação política e emergencial? Com efeito,

“[...] a descentralização do poder que o neoliberalismo demanda abriu espaço de toda a sorte para que florescessem uma variedade de iniciativas locais, de maneira que são muito mais consistentes com uma imagem de socialismo descentralizado ou de um socialismo anarquista do que um planejamento e controle centralizados e estritos. As inovações já existem lá fora. O problema é como reuni-las de maneira a

¹⁴ NINJA, Mídia. “Preta Ferreira Livre: ativista pelo direito à moradia recebe habeas corpus”. Publicado em 10.10.2019. Disponível em: <<https://bit.ly/35QN9JX>>. Acesso em 18.09.2020.

¹⁵ GUIMARÃES, Juca. Brasil de Fato. “Após 109 dias, Preta Ferreira e outros ativistas ganham liberdade”. Publicado em 10.10.2019. Disponível em: <<https://bit.ly/32Lmah6>>. Acesso em 18.09.2020.

¹⁶ Informação concedida pela assessoria de Carmen Silva, por telefone, no dia 08.09.2020.

¹⁷ Idem nota 2.

construir uma alternativa viável ao neoliberalismo de mercado.” (HARVEY, 2013, p. 32-33)

4. COMIDA E TROCAS SIMBÓLICAS

É possível ainda fazer um paralelo no campo das narrativas de visibilidade que aproxima as novas narrativas proporcionadas pela técnica e pela sociodiversidade dos aglomerados urbanos (SANTOS, 2000) com as fissuras instauradas nos sistemas de representação simbólica ou da “lógica estética de visibilidade”, como propôs o filósofo Rancière (RANCIÈRE, 2005) para observar a iniciativa “Lute Como Quem Cozinha”, a luz da alimentação e de suas transações sociais.

Com efeito, historicamente as ciências sociais apoiam-se na ideia de “rastros do verdadeiro”, que provém do registro técnico e imagético de pessoas anônimas no centro da cena pública para elaborar uma ficção possível para a arte ou para a política, por exemplo. Para isso, basta haver “rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer” (RANCIÈRE, 2005, p.59).

Embora este trabalho não se fixe exatamente sobre o aspecto estético e representativo da ação “Lute Como Quem Cuida”, ele se centra na ideia de trocas simbólicas que o encontro político, cultural e social que o MSTC e o MST protagoniza a partir de seus enunciados a respeito da ação, tais como solidariedade, comunidade e cuidado com pessoas em vulnerabilidade social, trabalhadores rurais ou urbanos (informação verbal)¹⁸ por meio de ações conjuntas para proporcionar alimentação saudável a outras pessoas do grupo de despossuídos do qual os próprios movimentos também fazem parte. Parte-se então da ideia de que se os enunciados fazem efeito sobre o real, eles também elaboram regimes do sensível e as “trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer”.

Assim sendo, a investigação passa a ser sobre esses saberes compartilhados entre os movimentos e os modos de fazer intercambiados, já que além de distribuir os alimentos para as comunidades e fazer girar a roda de solidariedade, o MSTC também está auxiliando líderes e voluntários das comunidades periféricas atendidas pelo projeto para que possam replicar a iniciativa em suas localidades a partir de seus próprios recursos e redes (informação verbal)¹⁹, estendendo assim a troca de suas próprias tecnologias como movimento social a outros

¹⁸ Idem nota 2.

¹⁹ Idem nota 2.

grupos, por meio do diálogo na educação não-formal e da participação ativa na cozinha da iniciativa (GOHN, 2011; informação verbal²⁰).

Como fontes de “inovação e matrizes geradoras de saberes” (GOHN, 2011, p.333), frutos do contexto político-social, a iniciativa é inserida numa complexa rede de parceiros. A rede estende-se da produção e fornecimento de alimentos *in natura*, proveniente de assentamentos do MST das regiões metropolitanas e do interior de São Paulo e também de estados do Sul do país (informação verbal)²¹, até a rede de *chefs*, moradores e voluntários que preparam o alimento aos líderes comunitários que retiram as quentinhas na Cozinha 9 de Julho. A rede se completa com os doadores que apoiam o projeto de longe por meio de doações financeiras e com os consumidores envolvidos na etapa denominada “Delivery”. Nesta etapa da campanha, quem quiser contribuir com o projeto pode adquirir uma “quentinha” preparada pela equipe do Lute Como Quem Cuida e recebê-la em casa, por meio de cinco motoboys associados remunerados diretamente pela campanha. Os movimentos sociais estimam que a compra de uma quentinha pode financiar a entrega de duas marmitas para as comunidades atendidas pelo projeto (informação verbal)²².

A comida, por si só, está ligada a momentos de grande relevância histórica, como o início da etapa moderna do capitalismo, por meio das navegações europeias rumo aos continentes americanos e ao sul da Ásia, no século XV, ou como alicerce de um modo de produção nos engenhos de cana-de-açúcar e monoculturas coloniais. Do ponto de vista antropológico, a comida pode ser lida como uma realidade cultural compartilhada entre gerações, atuando como veículo de profunda emoção e como uma “base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio de nossos atos” (MINTZ, 2001, p.32).

De acordo com o antropólogo indiano Arjun Appadurai (1981), a comida também pode se transformar num dispositivo semiótico poderoso, capaz de codificar mensagens sociais em espaços domésticos, públicos ou cerimônias sociais. As mensagens podem estar associadas ao aspecto de manipulação direta dos alimentos e refeições (quantidade e qualidade) ou manipulação indireta, em termos de contexto social (quem produz e distribui, costumes e maneiras de comer). Daí que o alimento pode ser compreendido como mensagem, meio ou como conflito, em situações que surgem durante as transações sociais em torno dos

²⁰ idem nota 2

²¹ Entrevista concedida por Simone Magalhães, coordenadora regional do MST-SP, concedida em 12.09.2020

²² idem nota 2

alimentos. A esta compreensão específica deu-se o nome de “gastro-política”. Para o pesquisador,

“[...] quando os seres humanos começam a converter parte do meio ambiente em comida, eles criam um dispositivo semiótico peculiarmente poderoso. Em suas formas tangíveis e materiais, a comida pressupõe e materializa arranjos tecnológicos, relações de produção e troca, condições de campo e mercado e realidades de abundância e carência. É, portanto, um fato social altamente condensado.” (APPADURAI, 1981, p. 494, *tradução livre da pesquisadora*).

Sendo mensagem e também “mapa do visível”, a comida possibilita trocas culturais, simbólicas e materiais entre os movimentos envolvidos na iniciativa aqui estudada. Como mensagens visíveis no espaço público, o objeto de estudo desta pesquisa centra-se mais profundamente na concepção da campanha como uma enunciação simbólica protagonizada por agentes anônimos no palco da sociedade, conferindo efeitos no real (RANCIÈRE, 2005).

Ainda de acordo com a gastro-política, Appadurai (1981) demonstra que no sul da Ásia, onde predomina a tradição hindu, a comida é o próprio cosmo, representando a relação física e moral entre os seres humanos e os deuses. É considerada o elo fundamental entre estes dois mundos, que compartilham a responsabilidade de produzir o alimento e, em última análise, de produzir a própria vida. Nesta arena, os alimentos operam como meio, mensagem ou conflito, e se movimentam de acordo com quem os manipula e com os contextos sociais, públicos ou privados em que são manipulados e consumidos. Na tradição hindu, “no nível mais abstrato, a produção e o consumo de alimentos fazem parte de um único ciclo de transações com os deuses” (APPADURAI, 1981, p. 507, *tradução livre da pesquisadora*).

4.1. Oferendas e trocas simbólicas

As cerimônias de casamento ou funerais descritas por Appadurai (1981) em sua análise têm em comum o aspecto ritualístico. Tratam-se de cerimônias onde o alimento é, ao mesmo tempo, sustento e oferenda. Nota-se que nesta elaboração não ocidental do mundo – neste cosmo – existem “segredos” e disposições que desafiam as compreensões ocidentais de cultura e dos rituais religiosos cristãos. E, tal como para os nagôs que foram trazidos ao Brasil durante o período da escravidão, esta relação ritualística parece transcender em dois planos: o visível (da Terra) e o espaço invisível, de maneira distinta, mas interpenetrada (SODRÉ, 2005, p.98).

É importante destacar que aqueles que operam as transações sociais em torno da

comida também operam suas mensagens. Para Appadurai (1981), a comida se dispõe a partir de duas mensagens diametralmente opostas. Tanto “pode servir para indicar e construir relações sociais caracterizadas pela igualdade, intimidade ou solidariedade; ou pode servir para sustentar as relações caracterizadas por classe social, distância ou segmentação.” (APPADURAI 1981, p. 507, *tradução livre da pesquisadora*).

Já o pesquisador baiano Muniz Sodré nos recorda que a cultura, como “movimento do sentido, relacionamento com o real, tem de lidar com as determinações geradas num dado espaço social e num tempo histórico preciso” (SODRÉ, 2005, p. 81). Desta forma, os rituais hindus certamente diferem das tradições brasileiras em muitos aspectos, embora os rituais tenham espaço privilegiado também na nossa cultura. Em um país onde 54% da população é negra, de acordo com o IBGE, faz-se necessário destacar que tanto o MST quanto o MSTC são movimentos sociais populares, com grande número de integrantes negros. Das 138 famílias que residem na Ocupação 9 de Julho e que, indiretamente, se relacionam com a Cozinha 9 de Julho e com a campanha Lute Como Quem Cuida, 58,43% dos moradores são paulistas, seguidos de 21,51% de origem nordestina, em especial do Maranhão e da Bahia (15,12%) e 10,76% dos moradores são imigrantes. Destes, 78,35% são de países de origem africana. Cabe ainda destacar que, para Carmen Silva, mulher negra, baiana e liderança do MSTC, a origem do déficit habitacional no Brasil começa em 1888, com a Lei Áurea e o fim da escravatura sem políticas reparadoras adequadas. “Foi negado o acesso à moradia e à terra aos ex-escravizados”, afirma (MSTC, 2019).

Já para lideranças do MST, a terra é um poder estruturante e a disputa por ela passa pela lei da propriedade privada instituída em 1850, que impossibilitava a compra de terras à população negra escravizada “liberta” e aos imigrantes camponeses²³ (MST, 2017). Desta forma, depreende-se que, para ambos os movimentos sociais, a luta por moradia é também uma luta por igualdade racial e reparação histórica.

Assim sendo, o “rastros do verdadeiro” (RANCIÈRE, 2005) destes movimentos sociais populares indica que, pelo menos em parte, as mãos que produzem a campanha Lute Como Quem Cuida são, cultural e historicamente, influenciadas pela cultura negro-brasileira e por seus “jogos” com o real, como propõe Sodré (SODRÉ, 2005). Ao longo de todo o período escravocrata do Brasil, os povos nagô e de outras etnias, estabeleceram formas paralelas de

²³ MST. “Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra”. Raumi de Souza, publicado em 27.11.2017. Acesso em 31.10.2020. Disponível em: <<https://bit.ly/373ieZT>>

organização social, com diferentes escalas, formatos e propósitos. Dentre os nagôs, destaca-se a forma mítica como uma das formas essenciais de preservação dos dispositivos culturais de origem. Entre os dispositivos aqui criados como forma de persistência no relacionamento com o real e *continuum* cultural, está a criação das associações (egbé) conhecidas como terreiros. Estes espaços funcionavam como espaços de resistência “na medida em que a ordem originária aqui repostada comporta um projeto de ordem humana, alternativo à lógica vigente de poder” (SODRÉ, 2005, p.90).

Ali, as pessoas negras reviviam seus ritos, cultuavam seus deuses e retomavam seus laços comunitários. Entre os “segredos” da cultura nagô no Brasil está o princípio fundamental das trocas. No mundo ocidental, o excedente econômico-social acumula-se, tornando-se indisponível para o grupo, tendo acumulado nesta subtração uma espécie de valor de troca. De acordo com Sodré,

“[...] para a ordem humana negra, entretanto, vida e morte, aiê e orum, não são termos que se opõem disjuntivamente, na base de uma mútua exclusão radical. O ancestral (morto), pai ou mãe, está sempre presente no grupo como um aliado, parceiro essencial da troca: ele é dado e recebido pelo vivo no ritual da iniciação, ele dá a terra (donde vem a alimentação), que é simbolicamente restituída por meio do sacrifício. Na cultura nagô, o sacrifício é uma operação imprescindível: a oferenda (ebó), transportada por Exu, dinamizada a relação entre vivos e ancestrais ou princípios cósmicos (os orixás), reequilibrando ou reparando o circuito coletivo das trocas e, assim, permitindo a expansão do grupo.” (SODRÉ, 2005, p.95)

É importante destacar que a cosmogonia e os rituais nagô se alteraram no Brasil em razão de seu exílio e da natureza das relações profundamente desiguais entre negros e brancos, entre negros e mulatos e outras etnias. Sodré enfatiza ainda que “a originalidade negra consiste em ter vivido uma estrutura dupla, em ter jogado com as ambiguidades do poder e, assim, podido implantar instituições paralelas” (SODRÉ, 2005 p.99).

Um outro elemento fundamental neste paralelo é a distribuição gratuita das “quentinhas” à população em situação de rua ou em vulnerabilidade social. Como registrado pelo Censo da População em Situação de Rua 2019, este grupo também é formado majoritariamente por pessoas negras e pardas – e esta distribuição não é pautada na acumulação linear de bens ou moedas. Neste sentido, esta doação muito se assemelha às noções de troca na cultura negra, e porque manipulada por estes agentes e por estes movimentos sociais populares, trata-se também de uma troca simbólica e, portanto, reversível (SODRÉ, 2005). A reciprocidade também pode ser compreendida como um rastro da herança

negro-brasileira presente entre os saberes acumulados pelos movimentos e enunciados pelo alimento já que nos rituais nagô repostos no Brasil,

“[...] a obrigação (de dar) e a reciprocidade (receber e restituir) são regras básicas. É o grupo (concreto) e não o valor (abstrato) que detém as regras básicas. E a troca simbólica não exclui nenhuma identidade: bichos, plantas, minerais, homens (vivos e mortos) participam ativamente, como parceiros legítimos da troca, nos ciclos vitais.” (SODRÉ, 2005, p.95)

Diante da perversidade da fome e do direito à cidade aliada à crise sanitária global ocasionada pela pandemia, a “quentinha” do “Lute Como Quem Cuida” poderia condensar informações sobre a sociedade que vivemos hoje, bem como as propostas que estes movimentos sociais têm para o futuro deles mesmos e de outros despossuídos direta ou indiretamente ligados à eles. Afinal, MSTC e MST de fato reinventaram-se no palco-espaco público para atender à intensificação destas circunstâncias emergenciais de alimentação, em torno das ideias de auto-organização, comunidade e solidariedade (informação verbal)²⁴, dando início a uma campanha que une os saberes e modos de fazer dos dois movimentos e de seus integrantes. Essa forma de inovação sociocultural, que é própria dos movimentos sociais ancorados em dilemas sócio-históricos, resgataria o sentido das lutas presentes, uma vez que “a experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam” (GOHN, 2011).

Ainda de acordo com Mintz, o quadro mundial relativo à comida “espelha o quadro ambiental: as nações desenvolvidas dizem às nações pobres que não destruam o meio ambiente, enquanto estas lutam por seu direito de ser tão displicentes como seus antigos senhores coloniais” (MINTZ, 2001, p.38-39). Como relatado acima, o MST é um movimento social historicamente ligado à alimentação e, mais recentemente, aderiu à pauta agroecológica. O MSTC, por sua vez, estende a noção do direito à cidade, incluindo nela o direito à saúde e à cultura. Notou-se, portanto, certo paralelo entre a elaboração comunitária e solidária da iniciativa “Lute Como Quem Cuida” e as ideias de *Buen Vivir*, presentes na América Latina como alternativas plurais e locais ao desenvolvimento globalizado. Como se verá adiante, o *Buen Vivir* é um conjunto de utopias originadas na América Latina por povos

²⁴ Idem nota 17.

de origem andina, indígenas e quilombolas, que têm em comum o princípio de harmonia entre os povos e a Natureza, prezando por vivências comunitárias e trocas simbólicas desvinculadas à ideia de desenvolvimento global proposta pelo modelo neoliberal.

5. PRÁTICAS URBANAS DO BEM VIVER

O *Buen Vivir* ou Bem Viver, como se adotará aqui, mostra-se como um conjunto de utopias possíveis pautadas numa outra ideia de desenvolvimento a partir de povos marginais ao desenvolvimento global desde, pelo menos, o final da década de 1990, quando movimentos sociais equatorianos se mobilizaram contra medidas de exploração de petróleo em algumas reservas indígenas do país, e que culminaram, entre outras coisas, em um capítulo específico para o Bem Viver na Constituição do Equador de 2008 (ACOSTA, 2016). A partir daí, diversas convenções e debates formaram o encontro de propostas e críticas às ideias de progresso e desenvolvimento destinados, historicamente, ao continente latino-americano. Estas propostas foram apresentadas por “amplos segmentos de populações marginalizadas e periferias” (idem, p.90). No entanto, apesar da institucionalização de parte destas demandas pela Constituição do Equador, não se trata de uma teoria pronta, mas “de um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro lado, já é uma realidade” (idem).

Por sua natureza pautada na harmonia entre comunidades, desenvolvimento e Natureza, compreendendo o ser humano como parte integrante desta, o Bem Viver “propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito, é uma vivência” (idem, p.91). Trata-se de um sistema de valores e práticas que apontam para uma cosmovisão diferente da ocidental e, particularmente, do capitalismo. Ancora-se na ideia de posturas sociobiocêntricas e de uma “ética de suficiência para toda a comunidade, não somente para o indivíduo” (idem, p.92).

Esta perspectiva envolve um esforço comunitário que busca sustentar a elaboração de uma sociedade pautada na convivência cidadã, intercultural e em harmonia com a Natureza, tendo como ponto de partida o conhecimento e as tecnologias sociais de diversos povos ao redor do mundo e que, necessariamente, “terá de se construir sobretudo a partir de baixo e a partir de dentro, com lógicas democráticas de enraizamento comunitário” (idem, p.82). É importante destacar que não se pode confundir Bem Viver com a ideia de “viver melhor”, já que esta última se ancora no acúmulo desenvolvimentista. Como “conclui o sociólogo

português Boaventura de Sousa Santos, o Bem Viver é ‘um conceito de comunidade onde ninguém pode ganhar se seu vizinho não ganha. A concepção capitalista é exatamente oposta: para que eu ganhe, o resto do mundo tem que perder’” (idem, p. 84).

Resgatando um dos princípios da “gastro-política”, na qual a manipulação direta de alimentos emite uma mensagem ou se converte num meio para emitir mensagens (APPADURAI, 1980), a opção do MST em produzir e fornecer alimentos saudáveis pode ser compreendida como uma proposta política, de acordo com o próprio movimento. Nela, a classe de produtores agricultores se auto-organiza para rearranjar os modos de produzir a “riqueza social” proveniente do trabalho, dos alimentos e da terra. A terra, para o movimento, trata-se do “principal instrumento de democratização efetiva da sociedade brasileira” (informação verbal)²⁵. Ao escolher não utilizar agrotóxicos na produção agroecológica, o MST opta pela elaboração de um alimento saudável, que não polua o meio ambiente e nem quem manipula ou consome o alimento, isto é, a classe trabalhadora a ele relacionado. O movimento sustenta ainda que

“A gente não quer produzir alimentos envenenados como faz o agronegócio para exportar. A gente também não quer que esse alimento ao invés de suprir uma necessidade, também crie outras carências, como é o caso do adoecimento por conta de agrotóxicos. A gente tem como posição política a produção de alimentos saudáveis, isto é, alimentos sem veneno. É daí que não dá pra dissociar a política da economia nesse caso. Porque a gente tá falando de economia como forma de como a gente organiza a produção da vida, a produção da riqueza social e a gente tá falando de política porque a gente tá falando da intencionalidade colocada.” (Simone Magalhães, MST-SP, em entrevista à pesquisadora)²⁶

Essa intencionalidade tem como objetivo enunciar uma outra maneira de produzir alimentos que, a princípio, vai ao encontro das propostas imaginadas pelo Bem Viver na América Latina, como uma maneira de desativar um processo globalizado de desenvolvimento cuja “estrutura originária e em seu código genético” é nutrida por um “motor que o impulsiona a crescer ou a morrer” (ACOSTA, 2016, p.124). Neste sentido, a reterritorialização das culturas e a reapropriação da Natureza longe da ideia de simples mercadoria, mas nutrindo a ideia de harmonia, solidariedade e suficiência, seria um caminho possível para elaborar estratégias capazes de desconstruir e reconstruir os usos dos territórios, desvencilhando-o das engrenagens do mercado global e assim “restaurar a matéria usada para reciclá-la e reordená-la em novos ciclos ecológicos” (idem).

²⁵ Idem nota 17.

²⁶ Idem nota 17.

Outro aspecto importante desta pesquisa é a solidariedade, fundamental tanto para a constituição dos movimentos sociais (GOHN, 2011), como para a cultura afro-brasileira (SODRÉ, 2005) e para o Bem Viver (ACOSTA, 2016). A partir daí, estabelece-se “outro tipo de relações de produção, de intercâmbio, de consumo, de cooperação, de acumulação de recursos financeiros, de distribuição de renda e riqueza e dos fatores de produção” (ACOSTA, 2016). Para manter essa postura de ruptura temporal e seletiva com o mercado mundial, uma economia solidária basearia-se numa “crescente autodependência comunitária, superando o consumismo e o produtivismo” (ACOSTA, 2016, p. 172). Nesta perspectiva, o impacto pode se dar de maneira gradual, primeiro em uma região, depois seguir atingindo níveis nacionais (idem, p. 175). Neste sentido, a descentralização – seja ela proporcionada pelo atual *status* do capitalismo, seja como resultado dessa autodependência comunitária – torna-se preponderante, desde que se oriente pelo protagonismo da sociedade – e não do mercado – na tomada de decisões, “para construir, por exemplo, a soberania alimentar a partir do mundo camponês, com a participação de consumidores e consumidoras”, podendo, inclusive, abarcar iniciativas populares de consumo de mercadorias locais (idem, p.174), tais como as que já são parte da realidade logística do MST em São Paulo.

Este autocentramento da vida comunitária estaria ligado ao

“[...] desenvolvimento de forças produtivas endógenas, incluindo capacidades humanas e recursos produtivos locais, e os correspondentes controle da acumulação e centramento dos padrões de consumo. Tudo deve ser acompanhado de um processo político de participação plena, de tal maneira que se construam contrapoderes com crescentes níveis de influência no âmbito local.” (ACOSTA, 2016, p.176)

Neste sentido, a “semidesconexão” temporária do mercado globalizado vivenciado pela iniciativa “Lute Como Quem Cuida” – a medida que nele ainda se atrela por meio do financiamento coletivo e uso de formas de pagamento globais como cartões de crédito – pode ser analisada sob o prisma de um caminho gradual e emergencial em direção a uma iniciativa de soberania alimentar, pautada na solidariedade e por trocas de natureza material e simbólica de uma comunidade, reelaborando assim um mercado interno, estabelecido localmente e “onde predomina o viver com o nosso e para os nossos” (ACOSTA, 2016, p. 177).

Há algo fundamental que a iniciativa reivindica e que esta pesquisa se propôs a investigar: as possibilidades viáveis de vivenciar aspectos do Bem Viver em território urbano. Nem mesmo os pesquisadores e líderes comunitários que sintetizam tais propostas ignoram

que as migrações transformaram cidades nos últimos anos. O que está posto neste estudo é a viabilidade de construir redes de apoio, solidariedade e trocas simbólicas numa metrópole com as dimensões de São Paulo, durante uma pandemia de alcance histórico singular. Os espaços urbanos necessitam de respostas que aproximem as práticas de vida solidária e respeitadas com o meio ambiente tanto quanto as regiões onde o Bem Viver se origina (ACOSTA, 2016). Neste sentido, Acosta (2016) e Harvey (2013) dialogam e se ampliam.

A tarefa passa por repensar as cidades, redesenhá-las e reorganizá-las, ao mesmo tempo em que se constroem outras relações com o mundo rural. E tudo isso como parte de um processo de recomposição dos territórios como opção para reencontrar-nos com um vida mais harmoniosa. (ACOSTA, 2016, p. 198)

Além disso, a sociodiversidade das grandes cidades (SANTOS, 2000), aliada às trocas simbólicas próprias da cultura afro-brasileira (SODRÉ, 2005) neste artigo são entendidas também como “rastros do verdadeiro” (RANCIÈRE, 2005) entre os grupos diversos que os movimentos populares urbanos e rurais. Como bem pontua Maria da Glória Gohn (GOHN, 2011), “os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”, frutos da conjuntura política, econômica e social e das redes de articulações que se estabelecem entre si. Na prática cotidiana, os movimentos articulam saberes e valores políticos e culturais, alterando todo o sistema em que estão envolvidos. Apesar das diferenças particulares, os movimentos sociais contemporâneos são capazes de “construir uma outra rede de globalização, a de solidariedade” (idem, p. 339), já que realizam diagnósticos sobre a realidade ao mesmo tempo em que constroem propostas e representações simbólicas por meio de discursos e práticas. A pesquisadora destaca que os movimentos não são só reativos.

Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. (GOHN, 2011, p.336)

E, “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (idem, p.336).

No que diz respeito às práticas comunitárias de solidariedade e correspondência andinas e amazônicas reconhecidas como práticas do Bem Viver, destaca-se aqui algumas

que parecem estar em ação também no meio urbano, enquanto a iniciativa Lute Como Quem Cuida está em vigor. São elas:

- *Minka ou minga*: é uma instituição de ajuda recíproca no âmbito comunitário. Assegura o trabalho destinado ao bem comum da população. Realiza-se para satisfazer as necessidades e os interesses coletivos da comunidade. (...) A minka é também um potente ritual cultural e cerimonial de convocação e coesão das comunidades, assim como um espaço de intercâmbios de normas socioculturais.
- *Ranti-ranti*: diferentemente das trocas pontuais e únicas que se dão em algumas economias mestiças, o intercâmbio forma parte de uma cadeia que desata uma série interminável de transferências de valores, produtos e jornadas de trabalho. Sustenta-se no princípio de dar e receber sem determinar um período de tempo, ação e espaço, relacionado com certos valores de comunidade que dizem respeito à ética, à cultura e à história.
- *Makipurarina*: significa conjugar as mãos para fazer um trabalho que beneficie a vários, unindo-se entre os mesmos e os iguais. Por meio deste compromisso, pode-se ajudar em qualquer trabalho que não envolva necessariamente toda a comunidade, como no caso da minka, e avançar em atividades iniciadas previamente por familiares, compadres, vizinhos ou amigos de outras zonas. Serve para juntar esforços e consolidar laços comunitários. (ACOSTA, 2016, p.196-198)

Esta rede ampla de solidariedade em torno da campanha Lute Como Quem Cuida é crucial para esta pesquisa e para a própria ideia de Bem Viver no meio urbano, já que, apesar de ter surgido como reação e resposta ao descaso governamental com os despossuídos da cidade, não tem data para encerrar. E não é possível afirmar, com certeza, se esta condição ininterrupta é fruto da imprevisibilidade da pandemia ou da rede de solidariedade construída por MST, MSTC, voluntários e doadores da sociedade civil, já que o próprio modelo de financiamento da campanha continua em desenvolvimento (informação verbal)²⁷.

Como sintetiza Simone Magalhães, liderança do MST-SP à frente da iniciativa,

a potencialidade da campanha foi e é exatamente essa, como que transcende o espaço e os limites de cada alimento. Porque envolve as cozinheiras e cozinheiros, os artistas, os voluntários, os produtores, uma gama de pessoas que se dispuseram a fazer essa solidariedade ativa, que transcende os limites desses dois movimentos. Foi uma iniciativa muito acertada que se colocou na dianteira de um processo de responder a essa necessidade elementar das pessoas que vivem na cidade e estavam passando por uma situação de mais fragilidade.” (Simone Magalhães, MST-SP, em entrevista concedida à pesquisadora)²⁸

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstra Sodré (2005), para que se elabore um outro conceito de cultura no Brasil, é imprescindível considerar os rastros e a herança desenvolvida pelos povos negros que foram forçosamente trazidos para cá e que, com seus saberes, jogos e espelhos, contribuíram

²⁷ Idem nota 17.

²⁸ Idem nota 17.

para o surgimento de uma cultura popular potente pautada na solidariedade, na vida comunitária e nas trocas simbólicas. Esta cultura se manifesta em qualquer região do país e em inúmeros grupos sociais de natureza popular, seja no Nordeste, no Sudeste, nos terreiros ou nos grandes aglomerados urbanos.

A estratégia da ideologia dominante, ainda que possua os mecanismos sociais e as condições econômicas para perpetuar a si mesma por meio de governos, meios de comunicação e mercados organizados, encontrou, desde os princípios da colônia Brasil, a resistência dos corpos femininos, negros e indígenas no jogo das manifestações populares. Na vida urbana, a resistência persiste sobre os desafios que articulam novos desejos e proposições mercadológicas, modernas em sua essência. Atualizam-se as estratégias dominantes e, consigo, as manifestações de resistência, tais como movimentos sociais populares e iniciativas solidárias como a campanha Lute Como Quem Cuida, entre outras em andamento na cidade.

Como postula Harvey (2013), a questão do tipo de cidade em que desejamos viver releva, com urgência, a necessidade de desejar e sonhar um novo modelo de ser e estar neste mundo. O que, para uma metrópole formada em sua maioria por exilados, imigrantes, migrantes de outras regiões do país, indígenas e inúmeros herdeiros dos primeiros negros escravizados, coloca o desafio de contemplar todos os desejos de descontinuidades, justiça e reparações – bem como estabelecer novos jogos entre a suposta “Verdade” ocidental e o segredo sedutor da cultura brasileira.

“Temos, em resumo, sido refeitos muitas vezes sem sabermos como ou porquê”, comenta o geógrafo britânico das cidades contemporâneas. E, do ponto de vista destas grandes cidades e de sua lógica ocidental, de fato, esta jornada parece sem saída. Mas, como destaca Sodré (2005), a ciência da pós-modernidade não se alimenta da ideologia dominante e tecnocrata, mas aguarda ansiosa pelas “‘catástrofes’ (formas imprevistas), as descontinuidades, os paradoxos, as discordâncias, a incerteza, o acaso, a heterogeneidade” e “aceita a complexidade e a diversidade dos fenômenos, estabelecendo jogos (ou ordem/desordem/organização) que permitem um diálogo com os segredos do mundo” (idem, p.138). Resistências e imprevisibilidades típicas das disputas em grandes centros urbanos e em comunidades rurais, amazônicas ou campesinas.

A implicação é que, ao existir na cidade e alterar o espaço urbano, já se está a desenhar seus novos contornos e a jogar com (e, como a iniciativa Lute Como Quem Cuida,

contra) o enraizamento do neoliberalismo em nossos centros urbanos. Neste cenário, a globalização consolida-se não apenas como perversidade, mas também como ferida na história dos direitos sociais, uma vez que reduz direitos coletivos e amplifica perdas capitais. Tendo os movimentos sociais populares a dianteira e o acúmulo dos saberes que os constituem, as trocas simbólicas que os perfazem e as redes solidárias que estabelecem, estão eles mesmos, como sujeitos heterogêneos e múltiplos (GOHN, 2011; SODRÉ 2005) que são, articulando novos rumos em contraposição às fábulas das cidades neoliberais que, ao passo que erguem mercados multinacionais, esmagam estômagos.

A urgência de harmonia entre os seres humanos e a Natureza anunciada pelo aquecimento global e em vias de esgotamento pelo modelo neoliberal revela também a urgência de um novo modelo econômico e social que possa reparar injustiças históricas e garantir a seguridade social, ao passo que multiplica a solidariedade. Não se trata de uma nova curva no gráfico do desenvolvimento, mas do abandono desta fábula de desenvolvimento que exclui (ACOSTA, 2016). Esta mudança não virá daqueles que com números, dados e cifrões constroem as curvas de aferição do desenvolvimento. Tão pouco virá dos governos que as aplicam e medem. A realização das necessidades humanas básicas como comer, morar com dignidade, viver em comunidade, trabalhar com segurança e valorização, manifestar-se alegremente em plenitude, como anuncia Sodré (2005) pode ser atendida enquanto os movimentos sociais populares, que identificam e diagnosticam as fábulas, nos direcionam a um outro momento sócio-histórico. A satisfa o das necessidades humanas, pode e deve ser o motor de todo o processo e a razão pela qual cidadãos, coletivos e grupos distintos se engajam nesta caminhada.

Como ensinam Sodré (2005) e Appadurai (1981), a comida como meio e como mensagem, e sobretudo, como oferenda, dinamiza as rela es entre os agentes postos no campo urbano, sejam eles movimentos sociais, trabalhadores, pessoas em situa o de vulnerabilidade social ou doadores. Em *Lute Como Quem Cuida*, a comida   também um recado de uma rede de solidariedade que está, mais uma vez, se diversificando e se solidificando em tempos de emergência sanitária. Assim como uma oferenda, essa rede reencena a recusa   acumula o de excedentes e desafia o sentido ocidental de poder. Este mesmo sentido que produziu, entre outras coisas, a exclusão e a fome. Os jogos, segredos e instantes únicos que esta rede solidária pode produzir são incalculáveis, ainda mais porque o que parece estar em jogo neste começo de século são regras do jogo.

REFERÊNCIAS

9 DE JULHO, Estúdio; CAFFÉ, Carla; INTEIRO, O Grupo (Org.). **MSTC - Moradia Como Prática da Cidadania**. São Paulo: Editora Escola da Cidade, 2019. 25 p. In: Bienal de Arquitetura de Chicago 2019.

APPADURAI, Arjun. **Gastro-politics in Hindu South Asia**. *American Ethnologist*, vol. 8, n.3, Symbolism and Cognition, 1981. p. 494-511.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 268 p.

BRASIL confirma primeiro caso do novo coronavírus. **Governo do Brasil** [Brasília], 26 ago. 2020. Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>> Acesso em: 18 set 2020.

DANTAS, Candida Maria Bezerra. DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jäder Ferreira; **Práticas Discursivas sobre a Luta pela Terra na Transição Democrática Brasileira**. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2017 v. 37 (núm. esp.), 197-207.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011 p. 333 - 361

GUIMARÃES, Juca. “Após 109 dias, Preta Ferreira e outros ativistas ganham liberdade”. **Brasil de Fato**. São Paulo, 10 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/32Lmah6>>. Acesso em 18 set. 2020

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 29-34

HENRIQUE, Alfredo. Governo de SP decreta quarentena de 15 dias a partir desta terça-feira (24). **Agora São Paulo**. São Paulo, 24 mar 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/governo-de-sp-decreta-quarentena-de-15-dias-a-partir-desta-terca-feira-24.shtml>> Acesso em 18 set 2020.

LIMA, Luciano. “Solidariedade e Soberania Alimentar na Pandemia”. **MST**. Ribeirão Preto, 27 de ago de 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/27/artigo-%E2%80%8B-solidariedade-e-soberania-alimentar-na-pandemia/>> Acesso em 31 ago.20

MACIEL, Maria Eunice. CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. **Olhares antropológicos sobre a alimentação**. Identidade Cultural e alimentação. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. p.49-55

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! **Cidades rebeldes: Passe livre e as**

manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19 -26

MINTZ, Sidney W. **Comida e Antropologia**: Uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais v.16, n.47. São Paulo Out. 2001. p.31 - 41.

MST, Coletivo Terra, Raça e Classe. “O que a atual pandemia revela sobre o 13 de Maio de 1888?” **MST**. 31 mai. 20. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/05/13/artigo-o-que-a-atual-pandemia-revela-sobre-o-13-de-maio-de-1888/>> Acesso: 20 out. 2020.

NINJA, Mídia. “Preta Ferreira Livre: ativista pelo direito à moradia recebe habeas corpus”. **Mídia Ninja**. São Paulo, 10 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/35QN9JX>>. Acesso em 18 set. 2020.

OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. **OPAS** - Organização Pan Americana de Saúde. 11 mar 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> Acesso em 18 set 2020.

PIOTTO, Marcele; SANCHES, Débora; STEVENS, Jeroen. In: III Colóquio Internacional – Imaginário: Construir e Habitar a Terra – ICHT 2019. nº3, 2019, São Paulo. **Ocupações e Urbanismos Insurgentes**. São Paulo: FAU/USP, 2019. 553 - 568 p.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua**. Relatório Completo do Censo 2019. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Produto5_SMADS_SP_Final.pdf> Acesso: 20 nov. 2020.

PRINCIPIA. Intérpretes: Emicida Part. Pastor Henrique Vieira, Fabiana Cozza, Pastoras do Rosário. Música: **Principia**. São Paulo: Lab Fantasma, 2019. (6 min.), son., P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjggvv0xM8Q>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org./ Editora 34, 2005. 2ª ed. 2009. 71 p.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. São Paulo: DP&A, 2005. 165 p.

SOUZA, Raumi de. Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra. **MST**. 27 de nov. de 2017 . Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>>. Acesso: 20 out. 2020.

APÊNDICE A - Entrevistas
(material produzido pela pesquisadora)

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - MST

Entrevista realizada e gravada por telefone, no dia 12 de setembro de 2020.

Simone Magalhães, mulher, 40 anos, educadora popular e dirigente regional do MST-SP. Está há 10 anos no movimento.

K.M.: Como e onde começou o Periferia Viva, como ele se conecta com o MST?

S.M.: O Periferia Viva nasce como uma resposta a ausência de políticas do atual governo no contexto da pandemia. Os movimentos populares do campo e da cidade se organizaram porque, sendo movimentos que se conectam diretamente com a classe trabalhadora, e a história nos mostra que a classe trabalhadora diante de epidemias e crise estrutural do capital é quem primeiro paga a conta e sente os efeitos e as consequências de uma crise, seja ela política, econômica, sanitária ou social. Então, os movimentos populares tanto do campo quanto da cidade, acompanhando de perto essa situação de pauperização da classe trabalhadora, que já vinha se aprofundando - é importante ressaltar que a pandemia agudizou o processo de crise interna no Brasil, que já vinha desde o Golpe contra a presidente Dilma em 2016. De lá pra cá a gente vê que a classe trabalhadora foi permanentemente atacada com a retirada de direitos, com a perda de postos formais de trabalho, o aumento da precarização e uberização como forma de trabalho e essa forma de organizar o trabalho se dá a partir da perda de direitos. Então a classe trabalhadora, quando perde direitos, perde fonte de renda e é levada a uma situação de insegurança alimentar, porque se você não tem renda, não tem como comprar comida. E neste momento de pandemia, a gente vê que os produtos da cesta básica aumentaram muito e as pessoas estão com muita dificuldade de conseguir adquirir esses produtos básicos para satisfazer suas necessidades. Então o Periferia Viva aglutina esses movimentos comprometidos com a classe trabalhadora para apresentar um apoio para a classe mais empobrecida a partir da solidariedade, que é um princípios da classe trabalhadora e dos movimentos sociais populares.

K.M.: Qual a importância de fomentar o consumo de alimentos orgânicos e de origem familiar entre a classe trabalhadora e os excluídos do sistema?

S.M.: A importância é dupla. Primeiro porque a gente tá reunindo, através do Periferia Viva, iniciativas que ligam o campo e a cidade a partir da solidariedade. A classe que mais rapidamente empobrece na cidade é a classe trabalhadora e quem está no campo também sente os efeitos e as consequências da crise e da pandemia. Então conectar essas iniciativas para enfrentar as necessidades alimentares da populares requer também uma auto-organização que da própria classe. E a solidariedade, esse princípio que faz com que a gente se reconheça como produtores e produtoras, não só de alimentos, mas da riqueza que é produzida socialmente. Então ela tem esse duplo movimento porque, ao passo que você consegue dar essas alternativas para as pessoas de forma solidária, você também estimula que esses produtores e produtoras possam se reconhecer como classe ao longo do processo.

K.M: É muito interessante você trazer esse ponto da produção da riqueza social, porque eu queria entender o que o alimento que foi produzido nos assentamentos significa ou simboliza para o MST e como isso chega para o trabalhador que se alimenta dele?

S.M.: O MST existe há 36 anos e ele não foi inventado por uma pessoa. É um movimento que existe desde 1984, surgiu da organização de famílias agricultoras. Ele surge da reunião dessas famílias, exatamente elas quem produziam em seus pequenos lotes, em suas pequenas propriedades e que foram expulsas de suas terras pelo capital. A gente tá falando de pessoas que só sabem fazer isso e vivem do trabalho na terra e por isso, sabem muito bem qual é a importância do fruto desse trabalho. É a alimentação. Se a gente pensar que na década de 1980, a gente viva um processo de carestia muito grande, de super inflamação muito grande e as famílias agricultoras sabiam a importância do fruto do seu trabalho na terra. Não é tanto sobre as pessoas poderem se organizar, mas naquele momento do surgimento do MST, era também entender que estar na terra, era garantia de vida. Sair da terra e ir para a cidade, naquele momento, era sinônimo de pobreza. Primeiro, de não ter certeza se teria trabalho quando chegasse na cidade e segundo, estando na cidade, pelas adversidades, ser relegado a moradias precárias. Então para aqueles trabalhadores, essas famílias, permanecer no campo naquele momento e defender a sua terra e a necessidade da terra para existir, era elementar. O que ocorre hoje? A gente observa que nessas crises (e também na pandemia), que esses mesmos princípios, eles se reatualizam. Há 36 anos, o MST tem dito para a sociedade brasileira que a terra é a maior riqueza do país e que a terra é o principal instrumento de democratização efetiva da sociedade brasileira. Aí a gente é acometido por uma pandemia, uma crise econômica e sanitária, que instala a pandemia no país e que coloca em risco a segurança alimentar das pessoas. Os agricultores e as agricultoras sabem muito bem que, mesmo com a perda de renda, se ele consegue plantar uma mandioca, uma batata doce, uma cenoura, alface, ele consegue passar por esse momento de crise. E as mulheres também. É muito natural isso. É uma certeza muito empírica que na minha terra, no meu lote, no meu pedaço de terra se eu plantar uma batata, um feijão, uma mandioca, eu criei uma galinha, eu não vou passar necessidade. E mais ainda, eu posso dividir isso com quem estiver precisando. Então essa é uma noção muito latente nos agricultores e pelas pessoas que vivem nos assentamentos do MST. Daí porque as famílias do MST, sejam elas organizadas num assentamento ou acampamento, tem uma noção muito visceral da importância da terra e da produção de alimento. E aí a gente se pergunta, do ponto de vista político, mas é qualquer alimento que a gente quer produzir? O que o MST tá dizendo é não, não é qualquer alimento. A gente quer produzir um alimento que não polua, que não adoeça quem lidam com o alimento e fazem o manejo. A gente também não quer que esse alimento ao invés de suprir uma necessidade, também crie outras carências, como é o caso do adoecimento por conta de agrotóxicos. A gente tem como posição política a produção de alimentos saudáveis, isto é, alimentos sem veneno. É daí que não dá pra dissociar a política da economia nesse caso. Porque a gente tá falando de economia como forma de como a gente organiza a produção da vida, a produção da riqueza social e a gente tá falando de política porque a gente tá falando da intencionalidade colocada. A gente não quer produzir alimentos envenenados como faz o

agronegócio para exportar. A gente sabe que a classe trabalhadora não deve adoecer facilmente, especialmente sobre o que se come. Se é ela que produz a riqueza, o domínio e o conhecimento de que o fruto do seu trabalho pode lhe ajudar socialmente e não prejudicar.

K.M.: Como surge a iniciativa com o MSTC?

S.M.: O MST já fez outras atividades com o MSTC, a partir do Banquetaço, do Comida de Verdade, que foram iniciativas em São Paulo que mostravam a importância da comida saudável. Então a gente fez algumas ações pontuais, conhecemos a Ocupação 9 de Julho e a Cozinha. E é muito emblemático porque a cozinha é central em todas as ocupações sociais, seja a ocupação no meio urbano ou no meio rural, a primeira coisa quando a gente faz a ocupação, a preocupação primeira é a montagem da Cozinha, precisamente por que a gente tem esse cuidado, o cuidar das pessoas. E nessas ações culturais, o MST aqui na cidade de São Paulo se aproximou desses movimentos e desse conjunto de atores e sujeitos que se organizam a partir da defesa da alimentação saudável. A gente tem o Armazém do Campo, no centro de São Paulo, que é um vetor muito importante que possibilita a ampliação da voz desses movimentos que lutam pela alimentação e pela soberania alimentar. Essa aproximação passa por esses espaços, festivais, Armazém. E no momento da pandemia, numa cidade como São Paulo, em que os locais foram fechados e as pessoas em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua, foram as mais rapidamente impactadas pela pandemia. Os estabelecimentos na região central foram fechadas e as doações dos estabelecimentos para essas pessoas foram suspensas. E aí, essa condição reuniu os atores na parceria. Ela começou em março, mas se efetivou em abril. E é uma iniciativa do MST e do MSTC de uma forma muito potente, porque, o que houve? A união da cozinha da Ocupação 9 de Julho, que tem ali seus chefs e cozinheiros, que tem a sua base de voluntários destinada para preparar as refeições, que ajudam o espaço e pra gente era importante somar nessa ação. E o que a gente produz? Alimento. E como a gente fortalece essa iniciativa na cidade? Então foi a forma como a gente encontrou de ajudar. Está sendo e naquele momento foi muito importante esses dois movimentos se unirem para mostrar para a sociedade que a solidariedade é o principal instrumento da classe trabalhadora e de pessoas de todos os cantos, da cultura, da gastronomia, da comida, de vários lugares, podem se unir e ajudar. A potencialidade da campanha foi e é exatamente essa, como que transcende o espaço e os limites de cada alimento. Porque envolve as cozinheiras e cozinheiros, os artistas, os voluntários, os produtores, uma gama de pessoas que se dispuseram a fazer essa solidariedade ativa, que transcende os limites desses dois movimentos. Foi uma iniciativa muito acertada que se colocou na dianteira de um processo de responder a essa necessidade elementar das pessoas que vivem na cidade e estavam passando por uma situação de mais fragilidade.

K.M.: Você diria que essa união entre os movimentos integra uma proposição política de protagonismo da classe trabalhadora?

S.M.: Com certeza. A população que vive no campo e a população que vive na cidade, fazendo um recorte de classe, é uma classe que é acometida pelas mesmas consequências de um governo e de um Estado que não está comprometido com a defesa dos direitos sociais da

classe trabalhadora. Pelo contrário, a gente tem um governo que opera o Estado para destruir os direitos dos trabalhadores, sejam eles do campo ou das cidades. Então compreender que não existe uma fronteira para essa classe trabalhadora, ou seja, as ofensivas e a retirada de direitos impacta os sujeitos no campo e na cidade, com algumas especificidades, mas as estrutura é a mesma. É a retirada de direitos, é a não garantia de conseguir sobreviver e passar por essa pandemia, e isso tá posto no campo ou na cidade. Qualquer movimento que tenha uma direção política em defesa da classe trabalhadora não teria dificuldade de entender que uma ação como essa, de solidariedade e ação ativa, de como a gente se desafia com as dificuldades impostas por essa conjuntura e pela pandemia, a fazer a comida de fato. Porque para as classes médias altas e para os ricos, você chama os trabalhadores pelo aplicativo e recebe a comida em casa, não precisa se expor, mas os trabalhadores não tem essa opção. O Estado, por sua omissão e ausência, empurrou as pessoas para essa condição. E a classe trabalhadora, através de suas ações e movimentos, de uma forma aguerrida, responde à isso. Imagina se não fossem essas ações, no Brasil afora, de apoio e solidariedade, o que seriam dessas pessoas que perderam suas rendas? Então sim, é uma decisão política, são instrumentos da classe trabalhadora, que diante da necessidade imposta pela situação de crise sanitária e econômica, tiveram que dar algum apoio ou ajuda, porque do contrário, a gente teria muito mais dificuldade para passar por isso.

K.M.: Consegue estimar quantos quilos de alimentos já foram doados pelo MST em São Paulo, no projeto Lute Como Quem Cuida? Ou de quais regiões vieram os alimentos?

S.M.: De pronto não tenho. A origem é de todo o estado, a gente tem de Iaras, Promissão, Pontal, Pontal do Paranema, Campinas, aqui mesmo da grande São Paulo, de Cajamar, Franco da Rocha, Perus. E do Sul também, que o arroz veio do Sul, do Estado de São Paulo (interior e região metropolitana) e também de outros Estados, como o Sul, de onde a gente produz o arroz orgânico.

K.M.: Como é o dia a dia do projeto?

S.M.: Sobre as entregas, melhor checar com a Carmen já que a produção acontece lá no espaço da Cozinha. Mas o dia a dia da campanha entre os dois movimentos, era se reunir virtualmente, conversar e encaminhar as demandas para os grupos de trabalho, incluindo o cronograma de atividades, os responsáveis pela ação, as visitas ao espaço e as entregas, tudo isso era combinado pelas reuniões de operacionalização da campanha. Tem uma organicidade, mas sobre a Cozinha, acho que mais elementos é melhor falar com a Carmen.

K.M.: Em Ribeirão Preto, as cestas agroecológicas financiam a doação de alimentos. E em São Paulo, optou-se por financiamento coletivo. Por que?

S.M.: Aqui em São Paulo a gente também tem cestas agroecológicas e a gente tem muitos grupos de consumo responsável aqui na cidade. Como Vila Mariana, Zona Norte, Zona Oeste e muitas pessoas se organizam para comprar cestas de produtos do MST. E durante a pandemia, muitas pessoas se organizaram para ajudar na doação de cestas, então por exemplo, eu compro os produtos 1x a cada quinze dias. E ao comprar a minha, já deixo duas

pagas para doar uma para periferias ou para o projeto, por exemplo. A produção e a comercialização se dá dessa forma também, com a venda das cestas agroecológicas. As pessoas se juntam e fazem um grupo de consumo, que compram as cestas que vem do assentamentos.

K.M.: A escolha para abrir para o financiamento coletivo tem a ver com isso?

Não, essa forma é como a gente se organiza normalmente, sem a pandemia. No caso do Lute Como Quem Cuida, a opção foi para contribuir e estimular os produtores agroecológicos, que produzem a partir de seus territórios. As pessoas contribuem a um preço justíssimo, o valor do alface e da couve, por exemplo, então a campanha tem como iniciativa, contribuir com agricultores que estão em situação de prejuízo ou sem recursos durante a pandemia, sem auxílio técnico. E os movimentos sociais lutaram por um auxílio emergencial para os agricultores, mas o presidente vetou esse auxílio. Então essa opção também se veicula a isso, quem tá aqui em São Paulo e puder contribuir com o produtor que tá em Iaras, ele não vai sair daqui e contribuir com ele lá, pode contribuir daqui.

K.M.: Comentários que não foram abordados?

S.M.: É muito importante a gente registrar e fortalecer essas ações que ajudam a classe trabalhadora e também para entender que a democracia efetiva no nosso país, passa pela garantia da terra, a moradia digna, pelo direito à dignidade. E também pelo direito das pessoas de permanecerem no campo com condições dignas de vida.

APÊNDICE B - Entrevistas
(material produzido pela pesquisadora)

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - MSTC / Cozinha 9 de Julho - MSTC

Entrevista realizada e gravada por vídeo chamada, no dia 15 de setembro de 2020, às 10h30.

Carmen Ferreira Silva, mulher, negra, 60 anos, baiana, liderança do MSTC, idealizadora da Cozinha 9 de Julho. Mora em São Paulo desde a década de 1980.

K.M.: Esse projeto de pesquisa tem como objetivo entender como os dois movimentos sociais [MST e MSTC] enxergam a questão da alimentação e do contexto da moradia...

Carmen Silva: Isso. Quando a gente fala em alimentação as pessoas vem logo falar de segurança alimentar, mas não passa simplesmente por isso. Para nós, a segurança alimentar vem acompanhada de um contexto de comida saudável e óbvio que é sempre que se fala de comida, vem sempre a questão da higiene. É importante, ninguém come comida suja. Acho que a alimentação tem que vir como um afeto, comida pra se comer bem. Afeto e cuidado e que a pessoa se sintam bem com o sabor e de receber essa comida feita com amor.

K.M.: Eu quero entender como o MSTC entende essa questão da alimentação saudável, qual a importância dessa pauta para o movimento.

C.S.: Não é diferente do MST, é que são dois movimentos diferentes, mas por exemplo, o MST planta e a gente alimenta. Toda vez que a gente pega uma família que tá no aluguel, por exemplo, e ela entra numa ocupação, ela passa a comer bem, comer melhor. A primeira coisa que a gente faz quando entra numa ocupação é a cozinha comunitária, porque naquele momento é imprescindível. Duas coisas são imprescindíveis nessa hora: água e comida, senão ninguém aguenta. Então acho que a diferença é que o MST vem numa linha de produção de alimentos saudáveis e orgânicos a comida e a gente é o consumidor direto. Quem paga aluguel muitas vezes não come certos tipos de alimento, nem se dá ao luxo de fazer uma feira, porque para eles só podem ir na xepa e para nós, é imprescindível que a pessoa faça 3 refeições por dia, pelo menos, principalmente as crianças.

K.M.: O foco da pesquisa agora é o “Lute Como Quem Cuida”, mas eu também queria pegar um pouco do histórico da Cozinha 9 de Julho e dos Almoços Abertos que aconteciam. Como começou? Quando? Por quê? Qual o objetivo? Sei que foi você quem idealizou né, me conta mais sobre isso?

C.S.: Quando nós fizemos a Ocupação 9 de Julho [em 2016], a gente teve uma ideia de trazer uma rede junto para ocupar, então não veio só o movimento sem teto, veio saúde junto, veio a mídia, artistas. E essa ocupação aconteceu logo após a ocupação da FUNARTE [em 2016], então um grupo de artistas que estavam lá, o Aparelhamento, eles vieram com a gente, com a ideia de fazer um leilão com as obras de artes que sobraram do leilão [da ocupação FUNARTE]. E eles começaram a pensar o que poderiam fazer pela Ocupação da 9 de Julho. Então, todos nós, em conjunto, tivemos a ideia de fazer uma cozinha, como uma espécie de cooperativa, onde além de fazer os Almoços Abertos, as pessoas da própria Ocupação e do MSTC fossem trabalhar lá, como uma espécie de formação mesmo - já estava preocupados com a geração de renda, certo? E aí o Almoço Aberto aconteceu porque o MSTC entendeu que não adiantava abrir portas das ocupações e continuar trancado, para dentro. A gente tinha que abrir as portas para a sociedade - e nada melhor para atrair as pessoas do que um almoço

na própria ocupação. Além disso, também foi uma forma das pessoas nos conhecerem, ao invés de ter essa visão desse tipo criado pela grande mídia, que as pessoas viessem de fato nos conhecer, saber quem éramos nós. A ideia sempre foi essa. E a ideia do Almoço, sempre aconteceu com o Aparelhamento, junto com os coordenadores da Ocupa, sempre com a ideia de trazer um chef famoso, para atrair atenção e esse chef trabalhando circundado por pessoas da Ocupa, tanto que é uma espécie de formação, cooperativa. O que ocorre? Com o dinheiro do almoço, a gente paga o pessoal da Ocupa que trabalhou na Cozinha e o pessoal da segurança, então também era uma geração de renda e dava oportunidade aos trabalhadores e moradores da Ocupa colocarem seus quitutes, seus trabalhos para vender. Pode ser uma obra de arte, um artesanato, um carrinho de bebida que é pra dar mesmo essa geração de renda. Tem muitos voluntários e artistas do Aparelhamento que vão para a Cozinha também.

K.M.: Quando que começou exatamente?

C.S.: Começamos em 2016 e em 2017 já efetivamos a Cozinha. Tem 3 anos já a Cozinha e os Almoços.

K.M.: Como é o dia a dia da Cozinha na Ocupação, fora desses Almoços?

C.S.: Ela é uma Cozinha Comunitária para eventos, então por exemplo, nós temos um administrativo e a gente tem lá pessoas trabalhando direto. Temos uma cozinheira e um ajudante ajudando direto, sempre que precisa usar a Cozinha e são remunerados. Agora os moradores têm sua cozinha individualizada, porque quando nós ocupamos a gente procura ocupar com qualidade, que cada um tenha um espaço com qualidade. Não é justo que a pessoa ainda tenha que dividir cozinha, banheiro e várias coisas. Porque cozinha é uma coisa individual. Cada um, depois de um dia de trabalho, tem vontade de fritar um ovo, fazer um café, um chá. A gente procura fazer com que a pessoa volte ter uma vida digna, ter seus móveis, sua casa, sua cozinha. Então a nossa cozinha é utilizada para os eventos coletivos e para os Almoço Abertos e, no dia a dia, para o almoço do pessoal do administrativo que trabalha nas ocupações.

K.M.: A Cozinha é compartilhada com as outras ocupações do MSTC?

C.S.: Se houver necessidade, sim. Se nós tivermos em algum acompanhamento e ocorrer algum problema, nossa cozinha é aberta. Não só para o MSTC, mas para outros coletivos também. Por exemplo, se nós tivermos que fazer alguma coisa para fora, a gente faz. Inclusive nós queremos fazer uma réplica dessa cozinha, para as outras comunidades.

K.M.: Me conta um pouco sobre esse entendimento que de extensão do direito à moradia digna, o que é isso?

C.S.: Isso. A moradia digna não passa por uma porta que você entra e se tranca num quadrado. A moradia digna é a porta de entrada de outros direitos: saúde, educação, cultura, mobilidade, acesso. Quando a gente fala de mobilidade a gente não tá falando só de ônibus, carros, bicicletas. A gente tá falando também da possibilidade da pessoa poder andar a pé, até próximo ao supermercado, escola, pro trabalho.

K.M.: Qual a importância dos alimentos que tão sendo entregues pelo “Lute Como Quem Cuida” serem alimentos saudáveis, orgânicos, pra essas pessoas que tão em situação de vulnerabilidade?

C.S.: Por conta da pandemia, nós encerramos as atividades com aglomerações. Nós somos adeptos à seguir as orientações da OMS. Então nós pensamos em criar uma parceria com o

MST, fizemos essa parceria da campanha “Lute Como Quem Cuida”. Quando a gente fala em distribuir comida, as pessoas pensam logo só nas pessoas em situação de rua, mas nós pensamos também nas pessoas em comunidades. Pensamos em levar um almoço saudável, uma comida com afeto, com amor, levar para as pessoas em comunidades. Pensa num domingo que o líder comunitário propõe um almoço comunitário para todos. Nosso cuidado sempre foi esse, levar uma comida saudável e levar afeto, principalmente.

K.M.: Como vocês tem visto essas trocas de conhecimento e de jeitos de fazer com o MST?

C.S.: Agora tem sido mais com a comida, mas a gente sempre teve trocas. Sempre tivemos em assentamentos, palestras, em eventos que fizemos juntos antes, em alguns locais como o acompanhamento Florestan Fernandes. A gente sempre teve junto, porque a nossa luta é a mesma, só que uma é urbana e a outra é rural. A comida nos une de todas as formas, o MST com a comida saudável e orgânica e com os assentamentos, essa é a nossa luta. A gente tem um assentamento que tá na cidade, mas não é porque estamos na cidade que nossa luta não é igual. Nossa luta é por terra, por moradia, por trabalho, é por comida. É um movimento de trabalhadores, no campo ou na cidade, somos todos iguais.

K.M.: Você sabe dizer quantos quilos de alimentos foram doados?

C.S.: Por mês, a gente entrega de 1.200 a 1.300 marmitex de 350g, no mínimo. Se fizer as contas, dá mais de 400 kg de alimento por mês.

K.M.: E como é o dia a dia do projeto? Sei que vocês fazem as marmitas aos domingos, mas como funciona a dinâmica na semana, pedidos, recebimentos, preparo?

C.S.: Agora a gente começou a segunda fase da campanha que é o Delivery, para poder beneficiar mais uma camada de trabalhadores. Então a gente tem parceria com 5 entregadores que aos domingos fazem as entregas. A campanha consiste no seguinte: a cada pedido, a pessoa que pede uma marmita, tá pagando duas marmitas para as famílias em vulnerabilidade e a gente também já inclui a taxa de frete dos entregadores. Então é uma roda né? A gente vai ativando uma roda solidária e nessa roda solidária, a gente vai ativando uma roda de economia solidária porque um vai atuando e gerando emprego para os outros. E possivelmente, vamos abrir um dia de almoço na ocupação, com até vinte pessoas almoçando com a gente, lá na nossa horta, como parte do projeto Lute Como Quem Cuida. A primeira fase foi a fase com doações de objetos doados pelos artistas, que a gente pode manter o projeto, com o MST e o MSTC para fazer esses marmitex. [A campanha de financiamento coletivo]. A gente coloca 10 kg de feijão no fogo, 35kg/40kg de arroz no fogo. Legumes é também coisa de 100 kg, 150kg, carne é por aí também. É comida, viu?

K.M.: Queria aproveitar que você falou em solidariedade, e queria entender qual a importância da solidariedade para a Cozinha e para o Movimento?

C.S.: Eu acho que não é somente para a Ocupação ou para a Cozinha. Eu acho que nessa pandemia, se não fosse a sociedade civil, investidores financeiros, os doadores, a coisa tinha sido pior porque o primeiro impacto foi a fome. Então a gente fez um pacto solidário para segurar.

K.M.: E vocês pretendem continuar por tempo além da pandemia?

C.S.: Nós já estamos continuando com o Lute Como Quem Cuida, porque viralizou. Para você ter uma ideia, o que estamos fazendo? A comunidade vem aqui retirar os alimentos, mas ela também pode mandar os voluntários dela para vir aprender como se faz, pra eles poderem levar esse aprendizado nas comunidades deles e formatar o mesmo projeto de Cozinha que a gente tem.

K.M.: Algum comentário que não foi feito?

C.S.: Quero agradecer pelo seu trabalho em registrar esse projeto e pedir que as pessoas se engajem. O Lute Como Quem Cuida é um projeto revolucionário e muito importante, que atinge muitas pessoas. Não é só um alimento físico, mas um alimento da alma. É uma comida que chega na hora em que precisamos dizer que nós existimos e que estamos juntos.

APÊNDICE C - CÁLCULO DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS
(material produzido pela pesquisadora)

Cálculo a partir de informações fornecidas pelo MSTC em entrevista de 15.09.2020
Número de Marmitas Entregues (Média Aritmética) Quantidade informada: de 1.200 a 1.300 marmitas por mês $1.300 + 1.200 \text{ por mês } / 2 = 1.250 \text{ marmitas entregues por mês}$
Quantidade de alimentos doados medidos por peso 350 g por marmita $1.250 \text{ marmitas/mês} \times 350\text{g} = 437,5 \text{ kg por mês}$
Em 5 meses de projeto (abril a agosto) foram doadas: $437,5 \text{ kg/mês} \times 5 \text{ meses} = 2.187,5\text{kg}$ preparados ou 2,1 toneladas de alimentos $1.250 \text{ marmitas} \times 5 \text{ meses} = \mathbf{6.250 \text{ marmitas}}$ Quantidades totais <ul style="list-style-type: none">● 2,1 toneladas de alimentos● 6.250 marmitas